

# **A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NO CAMPO: O CASO DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO ENCRUZILHADA NATALINO FASE IV**

BAEZ, Alejandra Anahí<sup>1</sup>

## **RESUMO**

No presente trabalho foi analisado como a diversificação da produção contribui na reprodução social das famílias camponesas a partir da renda agrícola e a remuneração do trabalho familiar. Além disso, foi analisado se a diversificação de produtos comercializados influencia diretamente na renda. Os dados utilizados foram coletados através de questionários feitos aos assentados do Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino Fase IV, a antiga Fazenda Anonni, na região norte do Rio Grande do Sul, onde se levantaram dados sobre a unidade de produção familiar como composição da família, benfeitorias e maquinarias, a produção para consumo familiar e para comercialização, os custos de produção e outros gastos que tiver, com isso calculou-se a renda agrícola e o valor agregado e comparado com a renda que cada família precisaria para satisfazer suas necessidades, manter a sua infra-estrutura produtiva e também ter um certo acúmulo para fazer investimentos. Evidenciou-se que através da diversificação da produção nem sempre é possível a reprodução simples das famílias assentadas e a remuneração de seu trabalho familiar. O número de produtos comercializados não tem relação direta com a renda, não significa que quanto maior os produtos ou atividades agrícolas realizadas, maior será a renda das famílias assentadas. O que é mais importante é combinar a produção para consumo da família e a produção para comercialização onde se utilizem menos insumos externos de síntese química e menos maquinaria pesada. A produção para o auto-consumo e a produção para comercialização são indissociáveis, e junto com a diversificação da produção são parâmetros que indicam que ainda essas famílias mantêm forte a identidade camponesa.

**Palavras chaves:** agroecologia, campesinato, diversificação.

---

<sup>1</sup> Eng. Agrônoma - Programa de Pós- graduação em agroecossistemas, Mestrado Profissional, Universidade Federal de Santa Catarina

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o modelo de agricultura convencional tem avançado nos assentamentos sendo que na região norte do Rio Grande do sul esse modelo está representado pelo agronegócio da soja. Este modelo se caracteriza pelo uso intensivo de produtos de síntese química (fertilizantes, fungicidas, inseticidas), uso intensivo de maquinaria, sementes transgênicas e pouca diversidade de espécies e variedades. Isto causa a contaminação de água e solo, perda de biodiversidade, endividamento das famílias camponesas.

Pode-se notar que as famílias assentadas adaptam certas técnicas deste modelo, e por não ter as condições econômicas e a escala que possuem as grandes propriedades é mais difícil ter um retorno econômico significativo com este modelo e a cultura da soja.

No assentamento estudado as famílias sabem que este modelo não é o mais adequado para sua continuidade no campo, não viabiliza economicamente às famílias, mas em alguns casos a soja segue sendo o carro chefe da propriedade, seja por que é uma cultura tradicional nesta região, seja, porque não existe a possibilidade de comercialização de outros produtos, já que esta montado todo o complexo para a cultura da soja (agropecuárias, silos, transporte, maquinaria e outros).

Eles sabem que existe outra forma de produzir sem o uso de produtos de síntese química e sem o uso de transgênicos. Em outra época já teve experiências com soja orgânica, diversificação da produção através de pomares comerciais de pêssego, laranja; cultivo de hortaliças para comercialização nas férias ecológicas da região. Segundo estudo da arte da agroecologia na região, estas experiências não continuaram por diversas causas como: pouco apoio por parte das cooperativas de comercialização, falta de conhecimento do manejo sustentável de solo, insetos e doenças, falta de força de trabalho nas propriedades e falta de assistência técnica capacitada numa outra forma de produzir.

Sendo assim depois da vinda com força da soja transgênica, modelo que prega a facilidade de cultivo já que só é a máquina que trabalha, a facilidade de comercialização, a produtividade, porque estes assentados hoje em dia não continuam só com a monocultura da soja, porque eles estão procurando outras formas de produção, outras culturas, outras atividades, o que leva a essa procura? E o que é mais, porque não desistiram de serem agricultores, de ser camponeses, considerando-os dentro deste modelo que prega o desaparecimento dos camponeses?

O que se pretendeu com este trabalho foi estudar quais são as estratégias dos assentados para a reprodução social da unidade de produção familiar. Entendendo-se reprodução social à satisfação das necessidades que cada família tem (alimentação, saúde, educação, lazer, cultura entre outros) e a manutenção da infra-estrutura para produzir. Não só para a geração atual senão para as futuras gerações, dando continuidade às famílias camponesas, assentadas.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino fase IV, a antiga Fazenda Anoni, encontra-se situado no município de Pontão, no Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul, em uma altitude de 684 metros acima do nível do mar. Se encontra a 320 km de distância da capital do estado. Apresenta clima subtropical úmido. Segundo dados da EMATER, 2004 a temperatura média anual é de 18°C, as chuvas médias anuais variam de 1500 a 2000 mm com uma boa distribuição anual. No verão, às vezes ocorrem pequenas estiagens e no inverno, ocorrem geadas e nevoeiros freqüentes. A vegetação original é a mata atlântica, com araucárias. Os solos característicos da região norte são os latossolos, profundos, bem drenados, ácidos e de baixa fertilidade, podendo apresentar toxidez por alumínio para as plantas. O município se encontra dentro da bacia do Rio Uruguai, sub-bacias do Rio Passo Fundo e Rio da Várzea.

A população do município é de 3.904 habitantes, sendo 72,34 % população rural, devido praticamente aos assentamentos. A agricultura familiar participa com 40% na geração do valor bruto da produção no município de Pontão. Existe certa migração para as cidades pólos principalmente dos jovens como ocorre no resto dos municípios da região. Segundo dados do INCRA/FAO, dos 577 de estabelecimentos agrícolas, 88% representam os estabelecimentos de agricultura familiar. Concentrando-se na faixa de 5 a 20 ha, e a maior parte é nas áreas de assentamentos. Também pode-se perceber a grande concentração de terra presente no município. Do total de 45.003 hectares os estabelecimentos de agricultura familiar (88%) representam 41,7 % (18.773 hectares) e 58,3% da área (26.230 hectares) está em mãos de 12% dos proprietários de estabelecimentos rurais.

Como base da economia do município, encontramos a agropecuária, “tendo como ponto forte a produção de grãos, com destaque para as culturas de soja, milho e trigo. A grande maioria da produção não sofre transformação, sendo vendida na forma

de grãos aos comerciantes, atacadistas e cooperativas da região. O comércio e a indústria possuem pouca expressão” (EMATER, 2004).

Com respeito às condições de vida da população do Pontão pode-se ter como parâmetro o índice de desenvolvimento humano municipal. A esperança de vida ao nascer é de 69,24 anos, a taxa de alfabetização é de 91,95 % (apesar de que na maioria dos estabelecimentos rurais os responsáveis pelos mesmos têm até 4ª série). Uma renda per capita anual de R\$ 2000 (Dois mil Reais)

## CONTEXTO HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO

Na região norte do estado tornou-se de grande expressão a questão agrária. Os Sem Terra que ocuparam a Fazenda Annoni são provenientes da exclusão social que teve início na mesma colonização onde primeiramente, foram se ocupando as terras mais férteis, as áreas de campo e posteriormente as áreas de mato, localizadas no planalto médio. Também foram ocupadas as áreas de reservas indígenas. Até 1920-1930 o excedente de população rural conseguia terra graças à expansão agrícola. Logo com o esgotamento das terras e mecanização foram deslocando-se às cidades.

A partir da década de 1950 e 1960 deram-se a concentração de terras pelos granjeiros, agricultores familiares e empresários que conseguiram arrendar primeiramente e posteriormente comprar mais terra. Somado à modernização da agricultura através do uso da mecanização, produção de monoculturas como trigo e soja e políticas públicas como crédito, ocasionou por um lado a concentração de terras e por outro um excedente de sem terras que começaram o êxodo para a cidade ou em procura de novas fronteiras agrícolas. Os pequenos agricultores que ficaram com terra na sua maioria foram em minifúndios não conseguindo a reprodução social da unidade de produção familiar.

Como área emblemática encontrava-se a Fazenda Sarandi, de suma importância por convergir todos esses conflitos e a luta pela terra. Esta área foi herança da coroa portuguesa que no século XIX já tinha 71.160 hectares cuja proprietária era a família Vergueiro. Em 1906 foi comprada pelos uruguaios Mailhos, Lapiro e Mourino onde extraíam o lucro da pecuária e madeiras. Em 1917 a 1924 se estabelece a Colonia Sarandi e em 1944 Ernesto Anoni comprou 16.845 hectares. Em 1962, o governo de Leonel Brizola desapropriou uma área de aprox. 22.000 há para reforma agrária, coisa que não se cumpriu já que duas glebas foram arrendadas para dois empresários. Cabe lembrar que a partir de 1964 as lutas dos movimentos sociais foram fortemente reprimidas pela ditadura militar ficando relegadas quaisquer lutas pela terra. No final da década de 1970 coincidindo com o re-ascenso das massas e as lutas são ocupadas essas duas áreas que anteriormente Brizola tinha desapropriado as Fazendas Macali e Brilhante pertencentes à Fazenda Sarandi, pelas famílias que tinham sido despejadas da reserva indígena de Nonoai. Assim reinicia a luta pela terra no Rio Grande do Sul. Paralelamente em fins da década de 1960 inicio da década de 1970 foram desalojados cerca de 600 famílias de pequenos agricultores para a construção da barragem do Passo

Real. Em razão disso iniciou-se um processo de desapropriação da Fazenda Annoni (que antes fazia parte da Fazenda Sarandi) para re - assentamento das famílias do Passo Real. Em 1974 o INCRA já tinha assentado 54 famílias e logo depois os proprietários entraram na justiça contestando a desapropriação pelo que o processo foi parado por treze anos.

A partir de 1981, foram aumentando as famílias sem terra entusiasmadas pela vitória das famílias que ocupara as Fazendas Macali e Brilhante, se aglutinaram no acampamento Encruzilhada Natalino. Algumas famílias foram assentadas. Cabe destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se criou em janeiro de 1984, sendo que já tinha acontecido o primeiro Encontro Estadual e realizado outras ocupações para pressionar ao governo. As lideranças faziam a análise e avaliação das lutas acontecidas até agora e chegaram à conclusão que se com poucas famílias que ocuparam áreas foram assentadas em menos de um ano, com um acampamento de maior número de famílias teria resultados com maior rapidez. É assim que em 29 outubro de 1985, 1500 famílias oriundas de 32 municípios do Alto Uruguai ocuparam a Fazenda Annoni sendo liberada um ano depois. Estas famílias resistiram, o governo queria assentá-las nos estados de Mato Grosso e Goiás, mas eles queriam ser assentados no próprio estado. Assim teve um período de ocupações ao INCRA, de romarias, de resistência e também de produção para seu auto-sustento quando as famílias se dividiram em 16 áreas para ocupar toda a Fazenda Anoni, e praticar o pré-assentamento, praticar as ações coletivas na produção. Cabe destacar que atualmente as famílias assentadas no assentamento Encruzilhada Natalino fase IV ainda mantêm essa divisão por áreas, já para o INCRA a divisão da Fazenda Annoni ficou da seguinte maneira: Encruzilhada Natalino Fase I/Passo Real que foi a área para reassentar as famílias atingidas pela Barragem do Passo Real. Encruzilhada Natalino Fase II/Holandês, cujas terras foram as melhores, Encruzilhada Natalino Fase III/Rio Bonito, onde foram assentados os parceiros ou trabalhadores da fazenda. As fases I, II e III; depois da desapropriação da fazenda não demoraram em ser liberadas para assentamento e receberam lotes de acordo com o módulo da região entre 20 a 30 hectares e os primeiros créditos para se estruturar. O restante da área da fazenda onde estavam às famílias sem terra organizadas pelo MST foram assentadas num período de 1989 a 1993. A capacidade do assentamento era 220 famílias, mas ainda faltavam umas famílias as quais não quiseram ir para outras regiões. Foi feito um acordo entre o MST e INCRA para ser assentadas ali, pelo que significava ganhar lotes de área menor que o módulo

regional, pelo que ficaram entorno de 15 hectares para cada família. Foi assim que se originou a Encruzilhada Natalino Fase IV, sendo as terras mais degradadas sem contar que as famílias quando chegaram a seu pedaço de chão já tinham perdido ou desgastado quase todas suas pertencas o que dificultou o inicio das atividades produtivas e estruturação do lote.

Este assentamento tem uma grande relevância já que junto com os assentamentos Macali e Brilhante localizados também na região são o marco histórico da retomada da luta pela terra no Rio Grande do Sul.

*“A partir destes conflitos pela terra se estrutura, organiza, espalha-se e consolida-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas práticas em todo o território nacional.” (BONAVIGO, BAVARESCO, 2008: 31).*

Atualmente no Projeto de Assentamento Encruzilhada natalino Fase IV estão assentadas 265 famílias. Continua a divisão por áreas, destacando-se a área 9 (comunidades Nossa senhora Aparecida), área 1 (Assentamento 16 de março), área 10 (comunidades Santa Cruz), área 11 (comunidades santa bárbara), área 5, Linha Floresta. O assentamento localiza-se a 10 km da sede do município, a 50 km de Passo Fundo, e 30 km de Ronda Alta. Encontra-se neste PA três escolas, a Escola Paulo Freire, Escola Chico Mendes de ensino fundamental e a Escola estadual 29 de outubro. Conta também com o Instituto Educar, escola técnica de médio e pós-médio com orientação em agroecologia, onde estudam filhos e filhas de assentados e pequenos agricultores, que atuam nos movimentos sociais do campo MST, MAB, MPA e da cidade o MTD. As crianças assistem o primeiro grau nas escolas do assentamento e posteriormente na sede do município ou no Instituto Educar, onde completam o segundo grau.

As famílias usufruem de serviços básicos como água em rede, luz elétrica, transporte escolar através da Prefeitura de Pontão e outras empresas de transporte. Também conta com boa qualidade de estradas que facilitam o escoamento da produção e acesso às escolas e à cidade. Na sede do município se encontra disponível um posto de saúde.

No que tange a habitação, todos têm moradia, e atualmente acesso a diversos projetos de reforma/ampliação ou construção de moradia que foi uma conquista do

MST em parceria com o INCRA e Caixa Federal. Também através da prefeitura e cooperativa de crédito dos assentados.

Segundo dados extraídos da análise dos questionários sobre a Reforma Agrária ano 2006<sup>2</sup> realizados pela equipe técnica da COPTec<sup>3</sup>, de 145 famílias pesquisadas do total de 232 (62,5 %), a área média do lote era de 15,8 ha. Esta se distribui em áreas de pastagem anual e permanente, área de lavoura, área de preservação permanente (mato, banhados, sangas), culturas permanentes (na sua maioria erva mate, mas também videira, laranjeiras, pessegueiros), reflorestamento, e uma área destinada ao consumo da família como a horta e o pomar junto às benfeitorias. A tabela 1 ilustra os dados analisados.

**Tabela 1.** Distribuição em hectares da área total da unidade de produção.

Tipo	Porcentagem das famílias que realizam a atividade	Média da área (ha)
Pastagem cultivada anual de inverno	74	5
Pastagem cultivada anual de verão	71	1,5
Pastagem permanente	50	1,5
Campo nativo	22	1,4
Culturas permanentes	27	0,4
Reflorestamento	12,4	0,5
Pomar	93	0,1070
Horta	94,5	0,037
Açude	33,8	0,22
Mato	82	2,67

Fonte: Questionários sobre a Reforma Agrária, 2006. COPTec- Regional Sarandi.  
Elaboração: pelo autor

As principais atividades para renda são os grãos, destacando-se a produção de soja e milho, o primeiro para comercializar e o segundo em sua maioria para consumo interno (alimentação de animais). Com respeito ao leite, a maioria das famílias apresenta esta atividade, utilizando uma pequena quantidade para consumo da família e o restante para comercialização. São poucas famílias que só produzem para consumo. Outros produtos que se produzem são o feijão tanto para consumo e o excedente para venda, arroz para consumo, sendo este produto muito atingido pela seca, pelo que os

<sup>2</sup> Questionários realizados pela prestadora de serviços técnicos em convênio com INCRA, Coptec encaminhados pelo INCRA para atualizar a base de dados sobre os assentamentos da Reforma Agrária.

<sup>3</sup> Cooperativa de prestação de serviços técnicos Ltda – COPTec em convênio com o INCRA.

assentados deixaram de plantar. Mandioca para consumo interno e para venda, o Trigo para consumo e venda.

**Tabela 2.** Dados da produção das famílias do assentamento Encruzilhada Natalino Fase IV.

	%Flias Que produz em	Flias destinaram para consumo	Flias destinaram para venda	Media há./flia	Media prod/ flia.	Media venda	Media consumo	Kg/há Prod/vaca/dia
Feijão	80,7	78	22	0,33	5,5	7,8	3,3	
Arroz	11,7	100	0	0,1				
Milho	93,1	96,6	3,4	3	165	175	113	
Soja	84,2		100	7,9	296	285	10-11	
Trigo	16,5	40	60	7,4	220			
Mandioca	67	95,2	4,8	0,26		2650		
Leite	91	100	98			11922,65	551,5	6,3

Fonte: Questionários sobre a Reforma Agrária, 2006. COPTEC - Regional Sarandi.  
Elaboração: pelo autor.

Segundo BAVARESCO (1997), na época os principais produtos que se cultivavam eram a soja, milho e o feijão. Observando a tabela 11 onde se realiza a comparação entre os dados dos anos 1997 e 2006 observa-se que as principais culturas praticamente não mudaram.

**Tabela 3.** Comparação das principais culturas produzidas no Assentamento Encruzilhada Natalino fase IV

Cultura	Unidade	Ano 1997	Ano 2006
Soja	Hectares	6,5	7,9
Milho	Hectares	2,5	3
Feijão	Hectares	0,4	0,33

Fonte: Questionários sobre a Reforma Agrária, 2006. COPTEC - Regional Sarandi.  
Elaboração: pelo autor.

A área de pastagem no inverno é destinada para o gado, sendo no verão grande parte para plantio das culturas de verão. Em relação às pastagens permanentes, continua a mesma média se comparado com dados realizados por Bavaresco, 1997. Já a área de pastagem anual de verão passou de 0,5 ha a 1,5 ha. O número de animais aumentou de 3,6 para 5,5 vacas/família, e a produtividade por vaca aumentou de 3,3 para 6,3 L/vaca/dia. Como consequência, a produção de leite comercializada por família-ano passou de 5.665 L para 11.922 L, sendo hoje uma importante atividade para a renda familiar.

Atualmente o leite ocupa um lugar importante na geração de renda para as famílias, mas a soja continua sendo o carro chefe em muitas das unidades de produção. É importante salientar que esses assentados, antes de virem para o assentamento já trabalhavam com a cultura da soja, já que na década de 50-60 começou a “Revolução Verde”, a chamada modernização da agricultura na região norte através da soja e todo o pacote de insumos e mecanização. Já os seus pais plantavam desse jeito.

*“Eles cresceram com essa idéia, e quando conseguiram a sua terra implantariam o que sempre viram os outros fazer”.* (BAVARESCO,1997)

Outro ponto crítico é a área destinada para preservação permanente (mato), considerando a média de 15,8 ha a área de 20 % destinada à reserva legal, de acordo com o Código Florestal, deveria ser 3 ha. Entretanto a área média utilizada como reserva legal é de 2,6 ha. Considerando que houve um aumento da área plantada de soja, enquanto que outros cultivos mantiveram a mesma área, e comparando com os dados levantados por Bavaresco em 1997, observa-se que foi desmatado para aumentar a área de lavoura, principalmente soja.

Cabe destacar que além dos produtos citados, também se produz vinho, cachaça, queijos, embutidos, principalmente para consumo. Com projetos como Fome Zero<sup>4</sup>, os assentados estão conseguindo comercializar este tipo de produtos também estão sendo comercializados, através das cestas básicas para o município de Pontão e Passo Fundo, e merendas para as escolas. Também esses tipos de produtos têm a possibilidade de serem comercializados na Casa do Colono<sup>5</sup> no município do Pontão. Além dos produtos citados anteriormente na casa do colono se comercializam conservas de hortaliças, doces, cucas, bolachas, pão de trigo e de milho, massas, hortaliças excedentes como beterraba, cenoura, repolho, alface; mandioca, batata, feijão e outros sendo uma alternativa para colocar a produção proveniente da agricultura familiar e da reforma agrária.

---

<sup>4</sup> Fome Zero: programa do governo federal de combate a fome e incentivo à diversificação da produção familiar.

<sup>5</sup> Casa do Colono: ponto de comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar do município do Pontão.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico se utilizou a economia camponesa, considerando que os assentados são também camponeses.

*“Para Costa (2004:1) entende-se por famílias camponesas aquelas que tendo o acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem problemas reprodutivos a partir da produção rural (extrativista, agrícola, não agrícola). No decorrer de suas vidas desenvolvem hábitos de consumo e trabalho, e formas diferenciadas de apropriação da natureza, que lhes confere especificidade no modo de ser e viver, no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas, não caracterizando - se como capitalistas, mas estão inseridas na economia capitalista.”(CARVALHO, 2005:170)*

A lógica de produção das famílias camponesas é diferente que a lógica de produção capitalista. As famílias camponesas não são movidas pelo lucro, procuram a reprodução social da família e a unidade de produção para satisfazer suas necessidades básicas, não só de alimentação, mas também água, saúde, educação, estrutura para produzir e também lazer, cultura. Não é capitalista porque não apresenta assalariamento de seus trabalhadores por parte do patrão que mora fora da unidade de produção, quem produz também tem a posse dos meios de produção.

Na racionalidade ou lógica camponesa devem-se considerar os seguintes elementos: o fundamento de todas as atividades é a família, é um sistema indissociável entre a família e a unidade de produção. Pelo tanto todas as atividades estão em função da melhoria das condições de vida da família. A família é quem trabalha, tem a posse dos meios de produção, e também decide sobre o processo de produção, o que outorga certa autonomia. Porém existe certa informalidade no processo de planejamento, coordenação, direção e controle da produção e demais atividades. Pelo tanto, a estratégia camponesa está voltada para garantir a segurança alimentar da família, minimizar riscos, aumentar a renda total da família e por unidade de trabalho, garantir o emprego da mão de obra familiar, investir na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção, isso nem sempre representa a melhor remuneração do capital investido e a maximização de lucros.

Outra característica importante e que diferencia a agricultura camponesa da agricultura de subsistência é que a primeira visa garantir este projeto de vida para as gerações futuras através da reprodução simples da família, isto é produz para melhorar

as condições de vida hoje e também melhorar a infra-estrutura produtiva, deixando para as gerações futuras. A agricultura de subsistência não tem esse projeto para o futuro.

O camponês, inserido no modo de produção capitalista, procura formas de manter a sua família e a unidade de produção através do tempo, reafirmando a sua identidade de camponês, ainda que sua forma de produção seja convencional ou adote algumas tecnologias capitalistas para isso. Se os camponeses adotam essas técnicas e conseguem manter-se na sua unidade de produção eles seguirão produzindo desse jeito até entrar em crise e procurar outro jeito de produzir que assegure a sua estratégia principal: a reprodução da sua família e a unidade de produção.

*“A racionalidade camponesa tem sofrido mudanças com as concepções de mundo, a produção científica e tecnológica e com as práticas culturais hegemônicas das sociedades capitalistas. Essas mudanças apresentam diversos graus de intensidade, sendo que as inovações geradas pelos setores dominantes são adaptadas ou re-elaboradas pelos próprios camponeses no sentido de se adequarem a sua racionalidade.”*(CARVALHO, 2005)

Uma forma de medir o “grau de camponeidade” é através da diversificação da produção. Pode –se dizer que em uma unidade camponesa encontra-se um sistema de policultivos-pecuária. Este consiste segundo MENDRAS, 1984: 84 citado por CARVALHO, 2005: 28

*“em jogar um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.”*

Também autores como JOLLIVET, 1974 citado por CARVALHO, 2005: 28 colocam que este tipo de sistema de produção para que resulte eficaz, deve ser praticado no âmbito da agricultura familiar, já que precisa de um trabalho intenso, cuidadoso, e uma organização não muito estruturada, para fazer frente aos diferentes desafios e tomadas de decisões, e que somente se conseguiria com a agricultura familiar.

Com respeito à produção a família vai produzir para seu consumo e por outro lado também vai produzir para a comercialização. O modo de produção capitalista influencia principalmente os produtos destinados para comercialização no mercado. É na comercialização dos seus produtos no mercado juntamente na compra de insumos que o camponês é subordinado ao capital e onde o capitalista extrai a mais valia. Hoje

também pode-se notar a influencia do sistema capitalista na forma de consumo das famílias, seja na alimentação, vestimenta, bens como carros, televisão, computador, etc. Os alimentos são comprados nos mercados e são industrializados, perdendo uma das características principais que a de ter certa autonomia por produzir o seu próprio alimento. Por isso a produção para consumo também é um indicativo do grau de camponidade. Neste tipo de produtos é onde se encontra a maior diversificação.

## METODOLOGIA

Foram entrevistadas 10 famílias selecionadas por sorteio as quais não arrendaram o lote, é a família quem mora e trabalha na unidade de produção, possuem produção diversificada. A entrevista foi feita com o casal, e quando possível com outros membros da família residentes no Assentamento.

Os dados pesquisados da unidade de produção (UPA) foram: composição familiar, para conhecer a força de trabalho existente em cada família, representada pelas UTH<sup>6</sup> totais; área para cada atividade e a superfície agrícola útil (SAU); bens e benfeitorias para calcular a depreciação<sup>7</sup>; produção vegetal, animal tanto para consumo da família como para comercialização no mercado, representado pelo produto bruto (PB) expressado em moeda; custo intermediário (CI) ou custo dos insumos utilizados para produzir e encargos como pagamento de juros de financiamentos, pagamento do ITR, pagamento de serviços, etc.

Com os dados acima descritos, calculou-se a Renda Agrícola e o Valor Agregado pelas fórmulas:

Valor agregado (VA) = Produto Bruto (PB) - Consumo Intermediário (CI) - Depreciação (D)

Renda Agrícola = Valor Agregado - Encargos

Para saber se as unidades de produção familiar estão se reproduzindo socialmente no tempo se compara a Renda Agrícola ou Valor Agregado com o Nível de Reprodução Simples (NRS) que é a renda mínima que a família precisa para satisfazer as suas necessidades básicas, e também manter e/ou ampliar a infra-estrutura de produção, representado pelo salário mínimo/UTH. Outra forma é através de um gráfico que compara o desempenho econômico da UPA com o NRS, este se constrói a partir da equação linear  $Y = aX - b$  onde Y representa o valor líquido VAL, “a” Valor Agregado

---

<sup>6</sup> Unidade Trabalho Homem : trabalho de um adulto 300 dias ao ano, com jornadas de 8 h de trabalho. (Lima, 2005). De acordo com a idade das pessoas da família que trabalham na UPA, calculam-se as UTH totais da mesma. Pessoas com 7-13 anos, 0,5 UTH, com 14 a 17 anos, 0,75 UTH; com 18 a 65 anos, 1 UTH e com mais de 65 anos, 0,75 UTH.

<sup>7</sup> Depreciação =  $VN - VR / VU$  onde VN é o valor novo dos bens, VR valor residual que se considera para instalações 20 % do VN e 10 % do VN para equipamentos. VU vida útil dos bens. Para construções de alvenaria 50 anos, de madeira 30 e mistas 40 anos. Maquinaria: trator área de lavoura até 50 hectares 20 anos, entre 50 a 100 hectares 15 anos, acima de 100 hectares 10 anos, colheitadeira com área até 100 hectares 20 anos, colheitadeira acima de 100 hectares 15 anos, equipamentos em geral 15 anos. (Lima, 2005)

Bruto (VAB) por unidade de escala, “X” representa a Superfície agrícola útil explorada (SAU) medida em hectares; “b” representa a depreciação total anual (D), que é o ponto onde a reta atinge o eixo Y (ordenada).

Assim a equação fica:

$$VAL = VAB/SAU - D$$

Se o valor agregado líquido representado pelo último ponto de cada reta se encontra acima da linha de reprodução simples da UPA, se reproduz no tempo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As famílias onde foi realizada a pesquisa apresentam origem étnica variada, 40 % italiana, 20 % italiana/cabocla, 20 % italiana/alemã, 20% caboclo. A idade média apresentada no casal responsável da UPA 46-48 anos, 80 % das famílias passou pela experiência do acampamento antes de ser assentadas, e foram oficialmente assentados há 15 anos em média. Com respeito ao nível de escolaridade, 100% dos responsáveis pela UPA apresentam primeiro grau incompleto. Os filhos todos tiveram acesso à escola, conseguindo completar o segundo grau e até podendo ter cursos profissionalizantes. Cabe destacar que os pais são os que dedicam todo o tempo para o trabalho dentro da UPA, sendo que os filhos que conseguem avançar nos estudos (terceiro grau completo ou cursos profissionalizantes) participam pouco (20-30%) ou nada no trabalho direto dentro da mesma. No caso dos adolescentes que ainda estão no segundo grau dedicam 50 % do tempo para os trabalhos na UPA. A área média dos estabelecimentos é de 16,8 hectares. Estas unidades de produção na sua maioria não apresentam maquinaria como trator ou colheitadeira. Todas as famílias têm ordenhadeira mecânica e resfriador. Outros implementos como frrageira ou motor, e alguns implementos a tração animal como carroça, plantadeira. Ainda tem trilhadeiras (2 famílias), mas que quase não são utilizadas. Duas famílias têm grade, subsolador, pulverizador. Em quanto à posse de carro só 3 famílias apresentaram.

Todas as famílias apresentam produção para seu consumo e para comercialização. Com respeito à produção para o consumo apresentaram-se os seguintes itens: feijão, mandioca, abóboras, morangas, melancia, amendoim, pipoca, amendoim, alface, repolho, almeirão, rúcula, cenoura e beterraba, cebola, alho, tomate, pepino, feijão de vagens, couve-folha, brócolis, ervilha. O milho se utiliza para consumo interno e comercialização. Produtos de origem animal como carne de gado, suíno, aves e em menor quantidade peixe; ovos, leite, queijo e salame. Frutas como laranjas, bergamotas, pêssego, ameixa, limão, uva, moranguinhos, figo, e em menor quantidade pêra, maçã. Outros produtos como conservas (pepino, cebola, pêssego), doces (pêssego, morangas), panificados (pão, cuca, massas, bolachas). No presente trabalho foi procurado quantificar cada um desses produtos para saber qual a renda não monetária, ou seja, converter essa produção destinada ao consumo da família em moeda e assim conhecer quanto que as famílias deixam de gastar com esses itens. Assim na pesquisa não todas as famílias responderam sobre estes produtos, só colocando que

produziam “para o consumo”, “para o gasto” demonstrando a dificuldade de sua quantificação. Em quanto à produção para comercialização, foi possível quantificar detalhadamente a porcentagem que cada atividade contribui na geração da renda monetária.

Comparando o Valor agregado líquido e o NRS pode-se observar que 50 % das famílias não conseguiram chegar ao NRS pelo tanto não remuneraram à sua força de trabalho. Utilizando as duas formas mencionadas na metodologia, (tabela 1) e (gráfico 1 e 2) obteve-se o mesmo resultado.

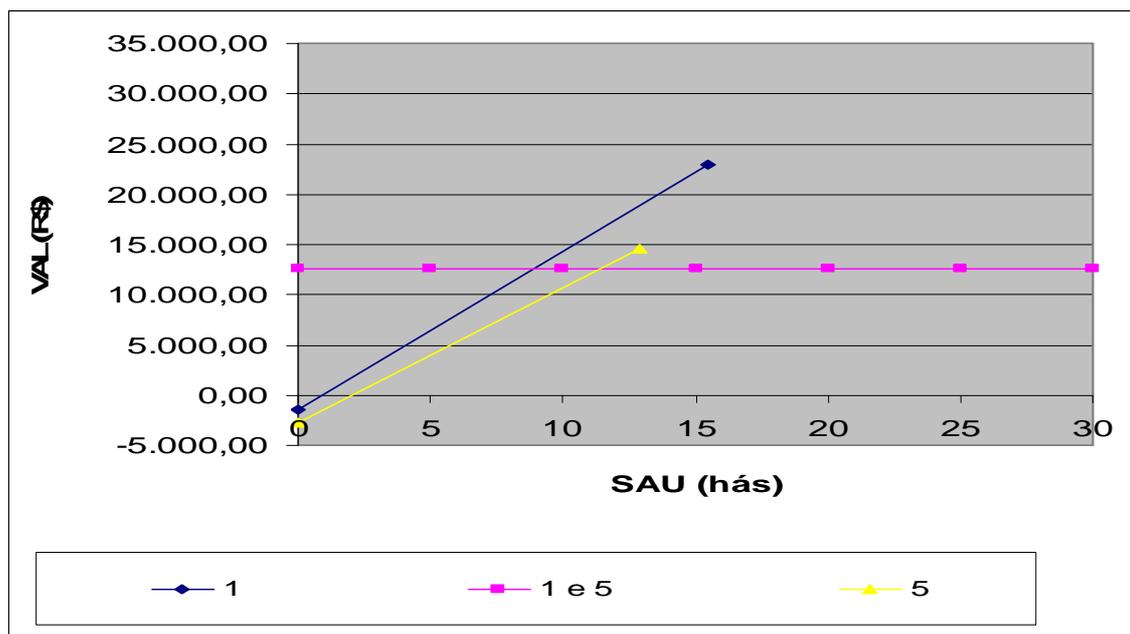
**Tabela 4.** Cálculo do Valor Agregado Bruto para cada unidade de produção pesquisada e comparação com a remuneração da força de trabalho ou NRS.

Assentado	VAB	D	VAL	SAU	UTH	Remuneração/família/ano
1	24.440,45	1.478,67	22.961,78	15,50	2,75	12540
2	16.745,90	1.366,67	15.379,23	12,55	3,50	15960
3	33.730,40	1.358,67	35.261,73	14,20	2,30	10488
4	30.749,35	1.488,67	29.260,68	16,20	3,00	13680
5	17.336,15	2.702,67	14.633,48	12,87	2,75	12540
6	11.371,85	3.609,50	16.882,35	28,08	5,00	22800
7	25.001,12	2.119,67	22.881,45	14,11	3,00	13680
8	10.488,82	1.406	9.082,82	10,90	2,50	11400
9	9.036,82	1.586,00	7.450,82	12,90	3,50	15960
10	5.895,85	1.039,67	9.856,18	14,39	2,50	11400

Fonte: pesquisa a campo.

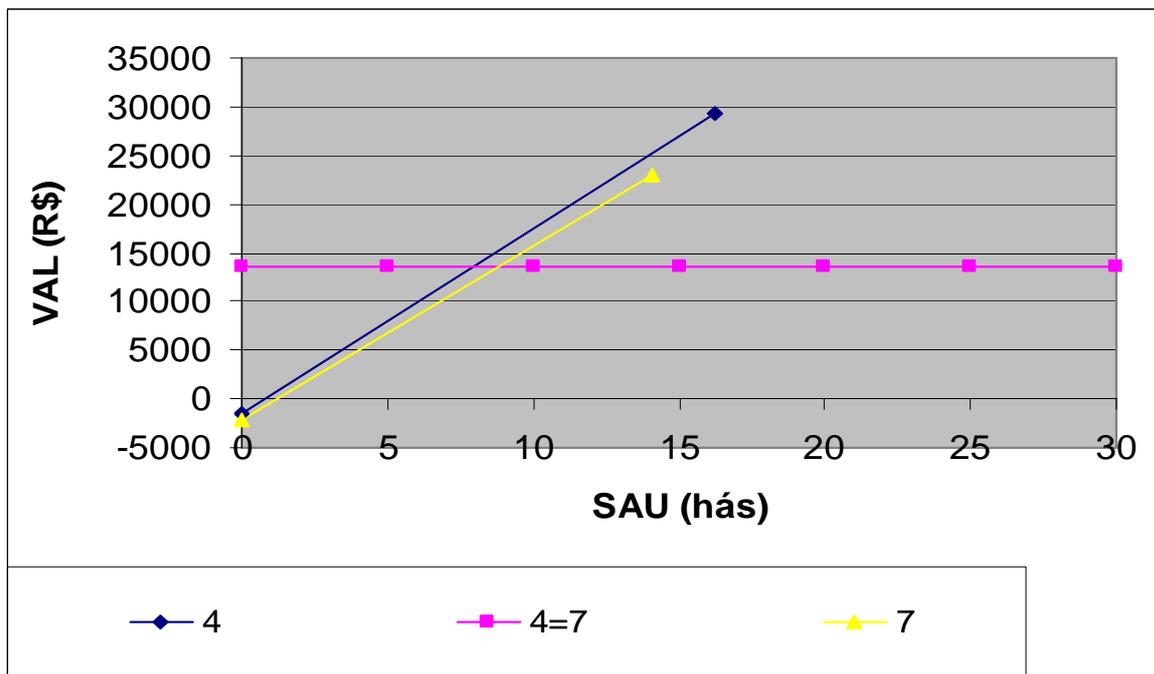
Observando os gráficos 1, 2 e 3; se observa o último ponto de cada reta que representa o valor agregado líquido acima do Nível de Reprodução simples (linha paralela ao eixo das X) indicando que as unidades de produção 3, 4, 7 e 1 se apresentaram melhor viabilidade econômica. Os assentados 3 e 4, aqueles que não plantaram soja, suas principais atividades estão baseadas na produção animal como leite, venda de animais (vacas, bois), carne e produtos alimentícios como mandioca, ovos, banha, erva, farinha de milho e outros. Estes apresentaram um desempenho econômico sensivelmente acima da linha de reprodução simples da unidade de produção. Já a produção do assentado 7 baseia-se praticamente no leite, sendo uma pequena porcentagem de soja. O assentado 1, apresenta um sistema misto soja- leite, trabalhando com poucos insumos e pelo tanto menos custos de produção. A área de soja é a maior se comparada com as outras unidades de produção, confirmando uma vez mais que a soja precisa maior área para ter algum retorno econômico.

**Gráfico 1.** Relação entre valor agregado líquido e reprodução simples das unidades de produção 1 e 5.



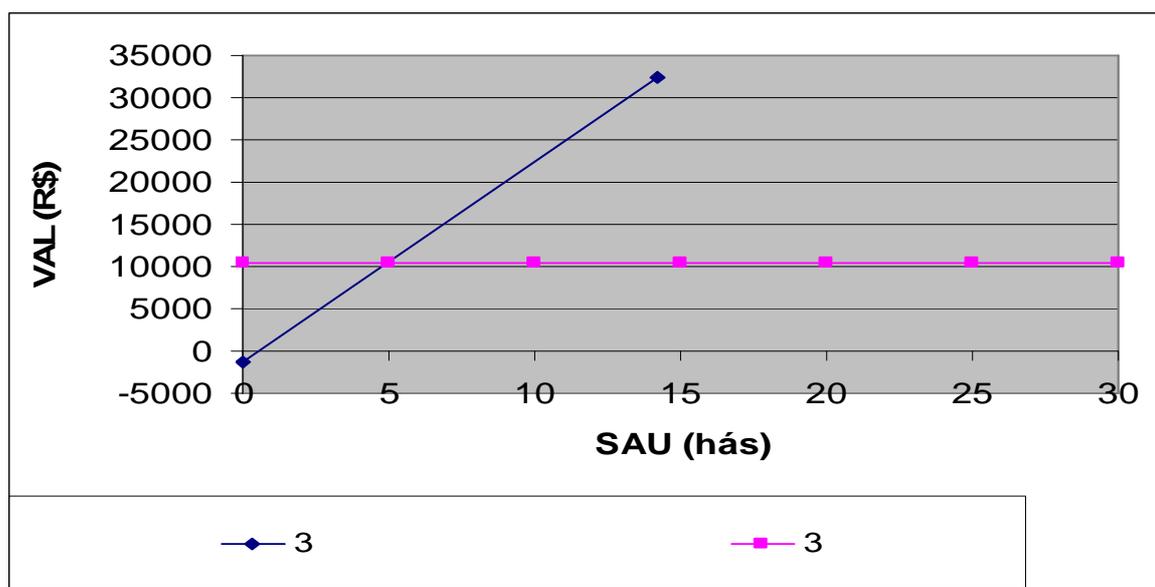
Fonte: pesquisa a campo

**Gráfico 2.** Relação entre valor agregado líquido e reprodução simples das unidades de produção 4 e 7.



Fonte: pesquisa a campo

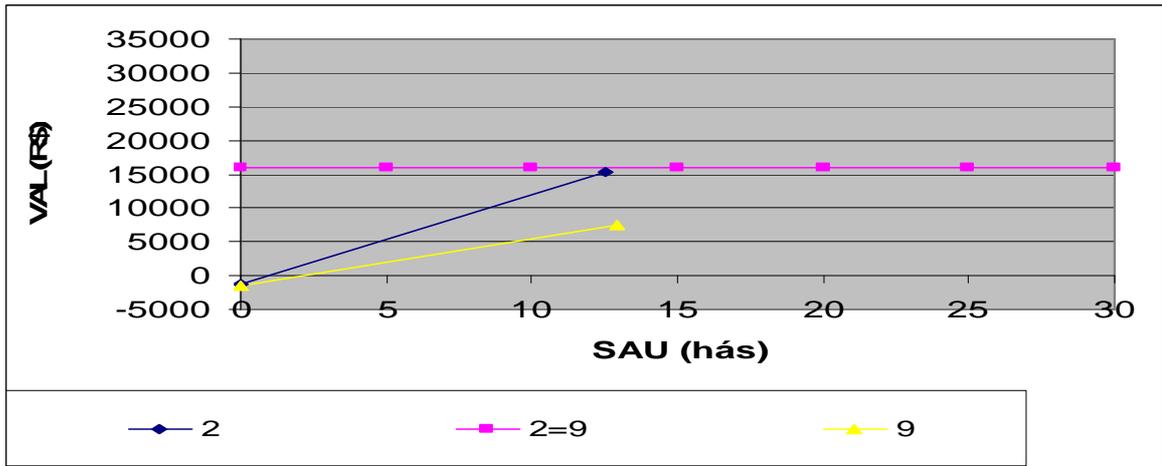
**Gráfico 3.** Relação entre valor agregado líquido e reprodução simples da unidade de produção 3.



Fonte: pesquisa a campo.

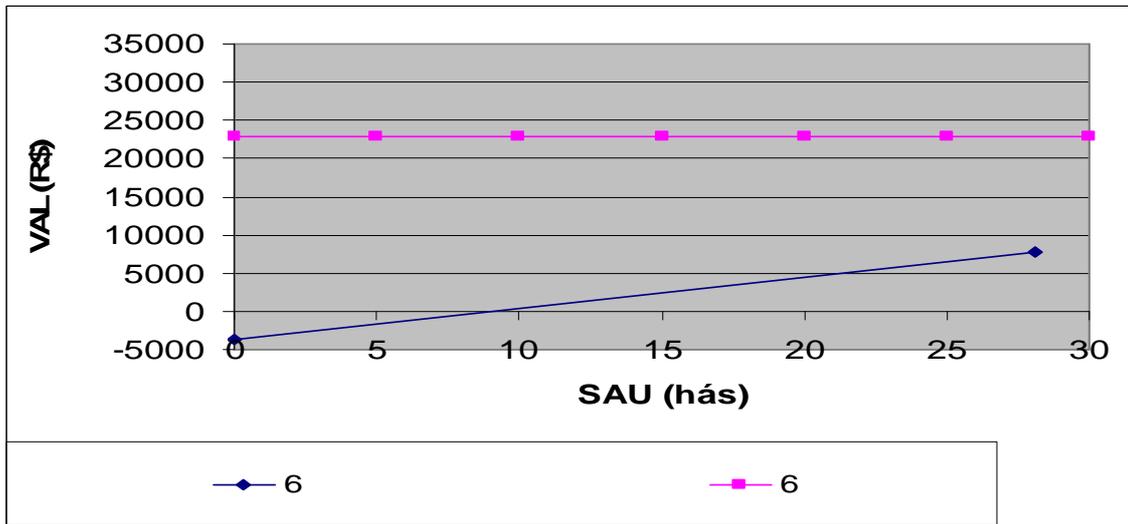
Nos gráficos 4,5 e 6 mostram as unidades de produção que não se viabilizaram economicamente e não garantiram a remuneração da força de trabalho já que o seu valor agregado líquido representado pelo último ponto de cada reta ficou abaixo da linha de reprodução simples da unidade de produção. O assentado 9 também mostrou uma maior representatividade no leite, mas não apresenta bom desempenho econômico já que na sua produção usa muitos insumos e por isso o custo de produção é maior afetando o retorno econômico. O assentado 8 apresenta um sistema misto soja-leite. Os assentados 2 e 5 também apresentam o leite como principal atividade e soja sendo que o n°5 a soja é mais representativa que o leite e por isso tende a ser menos intensivo. Nestes produtores essas atividades destacam-se pouco com respeito às outras. Os assentados 10 e 6 apresentam maior representatividade da soja, sendo que se comportam como sistemas de produção extensivo onde predominam maior área para cobrir seus custos e depreciação total. Estas duas famílias recebem outras entradas (pensões e assalariamento, respectivamente).

**Gráfico 4.** Relação entre valor agregado líquido e reprodução simples das unidades de produção 2 e 9.



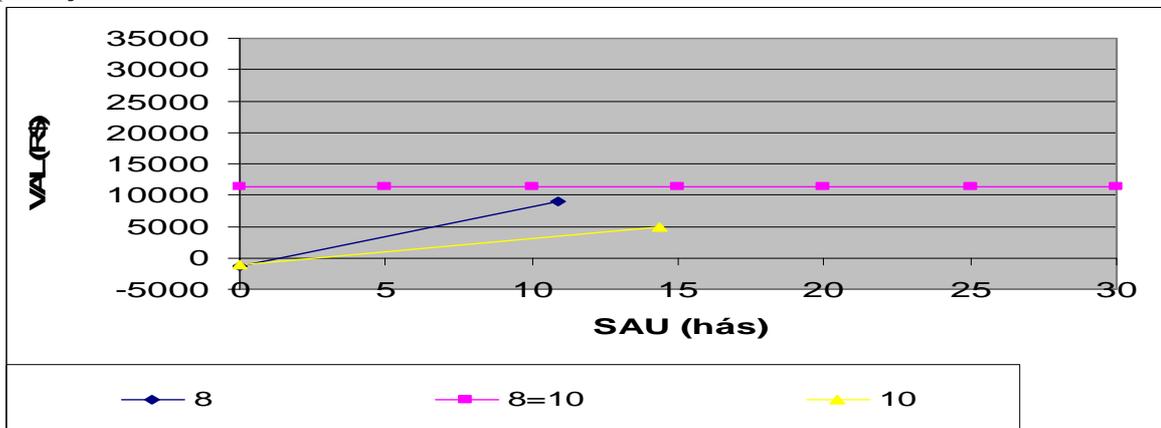
Fonte: pesquisa a campo

**Gráfico 5.** Relação entre valor agregado líquido e reprodução simples da unidade de produção 6.



Fonte: pesquisa a campo

**Gráfico 6.** Relação entre valor agregado líquido e reprodução simples das unidades de produção 8 e 10.



Fonte: pesquisa a campo

Com respeito à relação entre a renda e a diversificação da produção, o maior número de atividades/produtos que as famílias assentadas produzem não tem relação direta com a renda neste caso com o VAL. Não é o número de produtos o que leva ao êxito e sim a seleção das atividades ou combinação das mesmas. Assim pode se observar que aqueles que não plantaram soja e tiveram na produção animal especialmente o leite a base de pasto e carnes na maior contribuição na renda, teve o melhor desempenho econômico. Ainda se preferem atividades de altos custos, mas com comercialização assegurada, como a soja, já que são atividades que são históricas na região.

Quanto à dependência de insumos, é evidente que as unidades de produção que trabalham com atividades não muito dependentes de insumos externos, têm uma renda maior, estas são as unidades de produção que não incluíram a soja e na atividade leiteira trabalham com baixos insumos externos, ademais de incluir os produtos da cesta básica. Aqueles que tiveram uma renda elevada com atividades como a soja é porque destinaram grande parte da área cultivável para esta cultura e com os mínimos gastos, concluindo que só pode-se ter uma ganância com esta cultura em grande escala, coisa que para os pequenos produtores não é tão fácil, já que têm que destinar áreas para a criação, consumo, etc.

Cabe salientar que a escolha das atividades é influenciada pelo preço dos produtos, facilidade de comercialização e em outros casos menos usos de insumos externos (menos custos de produção). Também em muitos casos pela limitante da força de trabalho disponível na unidade de produção

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando a renda agrícola das famílias nem todas apresentaram condições através da produção diversificada de remunerar os membros da família, depois de pagar os custos de produção, encargos com juros, assalariados temporais, imposto a terra, etc. e manter a infra-estrutura produtiva permitindo certo acúmulo de capital. As famílias que não conseguiram esse nível, é porque suas estratégias não são coerentes com os seus objetivos. Caberia outro estudo para saber quais os pontos de estrangulamento e o possível planejamento das atividades para alcançar a remuneração de toda a família através da produção. Quanto à relação da diversificação com a renda agrícola ou valor agregado líquido não se encontra influência, já que o maior nº de produtos comercializados, considerados como diversificação da produção, não corresponde à maior renda. O que é mais importante são as atividades selecionadas no sistema de produção. Assim o leite principalmente a base de pasto apresenta boas expectativas já que todas as famílias produzem leite, sendo que aquelas famílias que utilizaram menos insumos externos tiveram maior retorno econômico. A soja ainda continua sendo uma atividade importante, mas o seu peso na renda foi nas propriedades que plantaram maior quantidade de hectares e se utilizou menos insumos. Aquelas famílias que não utilizaram a soja na sua produção tiveram maior renda, sendo a produção animal que teve maior peso na mesma. Outros produtos que provêm do excedente da produção de consumo para a família como mandioca, ovos, erva mate, feijão, abóboras, etc. são outras possibilidades, mas não contribuíram com grande força na renda. A escolha das atividades se vem muito afetadas pelo mercado (principalmente o preço dos produtos), condições climáticas, situação da família (membros da família que trabalham diretamente na produção), atividades que tenham maior retorno em menor tempo para a família, maior estabilidade, maior quantidade de produtos, entre outras.

Em quanto ao “grau de camponeidade” se percebe que estas famílias assentadas tomaram alguns elementos da agricultura moderna, principalmente na região que é o plantio de soja utilizando insumos químicos como pesticidas, adubos químicos e o uso da mecanização e os transgênicos. Nesse sentido se adotou tudo o pacote da agricultura convencional. Na atividade do leite, não se vê tanto a penetração do capitalismo, se utilizam insumos, mas em menor grau, sendo os maiores custos em horas máquinas para plantio das pastagens, uso de adubo químico, seguido pela ração e pouco para medicamentos de uso animal. Onde que realmente se mantém as raízes de campesinato

é na alimentação, apresentando como característica típica a produção para o consumo familiar. E o elemento principal que aparece característico do campesinato é que as famílias não são movidas pelo lucro e sim procuram melhorar as condições de vida da família através da produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAVARESCO, Pedro Antonio. “Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul.” TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar-realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. pp255-315

BONAVIGO, Elizabete; BAVARESCO, Pedro Antônio. “Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo” TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho. 1980-2008**. Porto Alegre: EST, 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

EMATER, Escritório de Pontão. Diagnóstico da realidade de Pontão. Pontão, 2004.

GUZMAN, Eduino Sevilla, MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

JUNIOR, Odair Michelli. A questão agrária no marxismo europeu: alguns apontamentos. Maringá, 2001. Disponível na internet em [www.uem.br/urtuagua/ed003.htm](http://www.uem.br/urtuagua/ed003.htm).. Acessado em 13 de setembro de 2008.

KAUSTSKY, K. **A questão agrária**. Primeira parte: a evolução da agricultura na sociedade capitalista I vol. Tradução de João Antunes, Porto: Portucalense, 1972.

\_\_\_\_\_ **A questão agrária. Segunda parte: a evolução da agricultura na sociedade capitalista II vol**. Tradução de João Antunes, Porto: Portucalense, 1972.

LIMA, Arlindo J. Prestes de. *Et al.* **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 3º edição, 2005.

MARCON, Telmo. “Experiência, memória e ação política: contribuições do Acampamento Natalino.” TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (Org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho. 1980-2008**. Porto Alegre: EST, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “O campo brasileiro no final dos anos 80.” STÉDILE, João Pedro (org.) *et alli*. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, pp. 45-67, 2002.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980**. Porto Alegre:EST, 2007.